

PROGRAMAÇÃO EM SAÚDE NA APS

A programação em saúde na APS pode ser considerada uma etapa operacional do planejamento em saúde, para operacionalizar ações necessárias no alcance de metas estabelecidas.

Constitui uma etapa que subsidia a reorganização desse nível de atenção e como um processo que não se limita às informações de séries históricas de produção de procedimentos, mas que deve considerar as necessidades em saúde da população.

Ela se vincula a dois aspectos: às necessidades de saúde e à organização das ações e dos serviços de saúde com base em demandas.

Quando as ações são programadas com base nas necessidades de saúde, auxilia no estabelecimento de uma atenção integral, em que, com base nos princípios do SUS, permite que a população tenha a garantia do fornecimento de um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos, curativos e coletivos, exigidos em cada caso para todos os níveis de complexidade de assistência e corrobora para a oferta da atenção integral.

No entanto, quando as ações são programadas com base na organização dos serviços de saúde, pode estar representada pela procura por cuidados médicos, que caracteriza a demanda apenas com base em ações definidas por problemas de saúde e ciclo de vida, mas que não atendem integralmente as necessidades em saúde da população.

Nessa perspectiva, as ações programáticas se concentram em “pacote de ações” e o ponto de partida único da programação está representado pelos critérios de morbidade, composição populacional (por sexo e idade), faixa etária ou pelas ações sanitárias.

Se pensarmos que um programa de saúde é constituído por uma série de intervenções, realizadas em uma sequência cronológica, percebemos que ele é constituído por uma proposta prévia de organização da atenção à saúde individual. Quando um serviço é todo organizado pela lógica de programas ministeriais, a rotina de trabalho na unidade de saúde não consegue contemplar também outras ações, ainda que sejam necessárias naqueles territórios.

As ações descritas nos diversos programas especiais de atenção à saúde também incluem os problemas ou condições de saúde prioritários, mas é importante articular um modo de identificar as reais necessidades da população de cada território.



É importante deixar claro que a demanda programada deve ser atendida, contudo minimizada, porque reflete uma lógica meramente contábil e que não necessariamente se traduz em melhoria da saúde da população. Isso reforça as dificuldades da institucionalização de planejamentos locais.

Assim, a programação deve concretizar o plano de intervenções descrito no interior dos serviços, orientando a produção da atenção à saúde. Então, a expectativa é que as unidades de saúde sejam tomadas em um processo único, utilizando a metodologia do planejamento estratégico e incorporando a programação das ações de saúde e o monitoramento e avaliação em um processo unificado.

